

## PETIÇÃO 9.935 DISTRITO FEDERAL

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**REQTE.(S)** : DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS  
**REQDO.(A/S)** : ALLAN LOPES DOS SANTOS  
**ADV.(A/S)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

### DECISÃO

Trata-se de petição instaurada a partir de representação da Polícia Federal pela decretação de PRISÃO PREVENTIVA de ALLAN LOPES DOS SANTOS, com fundamento nos arts. 13, IV e 312 e seguintes, do Código de Processo Penal.

Após a reativação do perfil de ALLAN LOPES DOS SANTOS, em 9/2/2025, determinei que a plataforma RUMBLE procedesse ao bloqueio do canal/perfil/conta abaixo discriminado, inclusive para não autorizar a criação de novo canal/perfil/conta pelo investigado em sua plataforma, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como determinei a suspensão imediata do repasse de valores oriundos de monetização, dos serviços usados para doações, do pagamento de publicidades e da inscrição de apoiadores, e advindos de monetização oriunda de lives, inclusive as realizadas por meio de fornecimento de chaves de transmissão aos canais/perfis acima referidos.

Em 10/2/2025, o Oficial de Justiça procedeu a intimação da empresa RUMBLE INC., às 14h, na pessoa do advogado Lucas Santos de Sousa, OAB/DF nº 48.608 (fls. 5.096-5.097v).

Na mesma data, em 10/2/2025, determinei a intimação do representante legal da RUMBLE INC. para comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o cumprimento da legislação brasileira e da decisão judicial, assim como a regularidade e validade da representação legal da RUMBLE INC. no Brasil.

Em 12/2/2025, o Oficial de Justiça certificou a intimação pelo canal costumeiro. Entretanto, em 17/2/2025, os advogados constituídos pela RUMBLE CANADA INC. informaram a renúncia ao mandato judicial outorgado pela empresa, tendo juntado a carta de renúncia, com o

respectivo comprovante de envio.

Em 19/2/2025, determinei a intimação da empresa RUMBLE INC. para indicar – documentalmente –, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o REPRESENTANTE LEGAL da empresa no Brasil, com amplos poderes, inclusive de nomeação de advogados, bem como para comprovar a regularidade e validade da representação legal da empresa RUMBLE INC., com comprovação documental da respectiva Juntar Comercial da regular constituição da empresa, sob pena de suspensão imediata das atividades da empresa no território brasileiro.

Em 20/2/2025, a Oficial de Justiça certificou nos autos a impossibilidade de intimação da RUMBLE INC.

Entretanto, o CEO da RUMBLE INC., CHRIS PAVLOVSKI, nos dias 19/2/2025 e 20/2/2025, por meio de sua conta na rede social 'X', afirmou que manteria o descumprimento das ordens judiciais.

É o relatório.

A Polícia Federal representou contra ALLAN DOS SANTOS apontando que:

*“a pretexto de atuar como jornalista em um canal divulgado nas redes sociais (YOUTUBE e outros), reiteradamente produz e difunde conteúdos que demonstram aderência voluntária ao mesmo modo de agir da associação especializada ora investigada, focada nos mesmos objetivos: atacar integrantes de instituições públicas, desacreditar o processo eleitoral brasileiro, reforçar o discurso de polarização; gerar animosidade dentro da própria sociedade brasileira, promovendo o descrédito dos poderes da república, além de outros crimes”.*

Os elementos compilados no relatório de análise da polícia judiciária indicam a habitualidade de ALLAN LOPES DOS SANTOS em praticar crimes que,

*“pelo modo de agir descrito, pela frequência de execução e repetição dos argumentos incidiriam em tipos penais caracterizados*

*como ameaça, crimes contra a honra e incitação à prática de crimes, bem como o tipo penal decorrente de integrar organização criminosa, convergente com o contexto da apuração já em curso neste inquérito”.*

A Polícia Federal aponta, assim, que o representado teria incorrido, em tese, nos delitos previstos no art. 2º da Lei 12.850/2013; arts. 138, 139, 140, 286 e outros do Código Penal; art. 20, § 2º, da Lei 7.716/1989, nos seguintes termos:

“Em dias não especificados nos autos, no período compreendido entre 2018 e a presente data, em locais diversos e pela rede mundial de computadores, ALLAN LOPES DOS SANTOS, aderindo voluntariamente sua conduta ao desígnio de outras pessoas, integra organização criminosa voltada à prática dos crimes de ameaça, incitação à prática de crimes, calúnia, difamação, injúria e outros, com o objetivo de auferir vantagem econômica oriunda da monetização e de doações e tendo como consequência a desestabilização do Estado Democrático de Direito.

Os crimes atribuídos a referida organização criminosa têm sido praticados nas mesmas condições de execução, ou seja, por meio de postagens e supostas reportagens e entrevistas publicadas em mídias de comunicação ou por meio de opiniões expressadas, com modo de agir semelhante e dolo específico de fortalecer o discurso de ódio e de polarização, objetivando, com isso, obter vantagens de natureza financeira e político-ideológica”.

Nesse mesmo contexto, a Procuradoria-Geral da República, nos autos do Inq. 4.828/DF já havia requerido medidas cautelares em desfavor de ALLAN LOPES DOS SANTOS (busca e apreensão; quebra do sigilo bancário). Na ocasião, o órgão ministerial fez importantes considerações acerca da monetização das redes sociais de alguns investigados, ressaltando a posição de figura central de ALLAN LOPES DOS SANTOS:

“(…) Trata-se de um negócio lucrativo, especialmente quando milhões de pessoas são postas em contato com vídeos batizados com títulos expressivos como ‘Bolsonaro rebate conspiradores’, ‘Bolsonaro dá ultimato para sabotadores e intromissões’, ‘Bolsonaro invade STF’, ‘A Força de Bolsonaro é maior que Congresso e STF’, ‘Bolsonaro e Forças Armadas fechados em um acordo para o Brasil’ e STF decidiu eliminar Bolsonaro que, em tese, renderam valores expressivos a Ernani Fernandes Barbosa Neto e Thais Raposo do Amaral Pinto Chaves, responsáveis pelo canal ‘Folha Política’, e Alberto Junio da Silva, administrador do canal ‘O Giro de Notícias’, no YouTube, bem como a vários outros perfis semelhantes.

(…)

**O administrador do canal Terça Livre, Allan dos Santos, fez uso de um tuíte para defender circularmente um golpe militar durante a participação do presidente da República no ato do dia 19 de abril. Se entendi bem, o que ele está dizendo é que não se pode proibir as pessoas de defenderem a intervenção. Se isso acontecer, aí é que precisamos mesmo de uma intervenção, escreveu. Dias depois, ao final da manifestação antidemocrática ocorrida no dia 3 de maio, publicou uma foto mostrando o dedo médio em frente ao Supremo, com a seguinte legenda: Acabando a manifestação, não podia deixar de dar minha opinião sobre quem rasga a Constituição. A produtora que administra o seu canal, TL Produção de Vídeos e Cursos Ltda., ao que tudo indica, está registrada com o e-mail de João Bernardo Barbosa, fundador da holding JBB Par Holding LLC .**

**Essas condutas, de elevado grau de periculosidade, se revelam, além dos crimes contra a honra previstos nos arts. 138, 139 e 140 do Código Penal, também os crimes de “Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa (Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas)” tipificado no art. 2º da Lei 12.850/2013; incitação ao crime (pena de**

**detenção, de três a seis meses, ou multa), previsto no artigo 286 do Código Penal e a infração penal de “Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional “(Pena: reclusão de um a três anos e multa), tipificado no art. 20, § 2º, da Lei 7.716/1989.**

O investigado, no contexto da organização criminosa sob análise, funciona como um de seus líderes, incitando a prática de diversos crimes e influenciando diversas outras pessoas, ainda que não integrantes da organização, a praticarem delitos. Ou seja, o poder de alcance de suas manifestações tem contribuído, de forma inequívoca, para a animosidade entre os Poderes da República e para o ambiente de polarização política que se verifica no Brasil, com verdadeiro incentivo para que as pessoas pratiquem crimes em razão das narrativas divulgadas.

Em razão dessas circunstâncias, na data de 6/10/2021, determinei, entre outras medidas, a expedição de ofícios às empresas responsáveis (Youtube, Instagram, Facebook, Twitter, etc.) para que procedessem, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o bloqueio dos seguintes canais vinculados a ALLAN LOPES DOS SANTOS:

Youtube: Terça Livre TV

Instagram: @allansantosbr; @tercalivre

Facebook: Terça Livre TV

Twitter: @allanldsantos; @tercalivre

Após o cumprimento da referida decisão, o investigado criou diversas outras contas em redes sociais. Em decisão proferida em 22/4/2022, fixei multa diária de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em razão da continuidade de descumprimento das medidas cautelares determinadas, que, nos termos do art. 3º, do Código de Processo Penal e dos arts. 77, IV e 139, IV, ambos do Código de Processo Civil, deverá ser descontada diretamente das contas bancárias de ALLAN DOS SANTOS nas instituições financeiras brasileiras.

Conforme ressaltado em decisão proferida em 6/10/2021, os canais/perfis do investigado ALLAN LOPES DOS SANTOS nas redes

sociais são usados como verdadeiros escudos protetivos para a prática de atividades ilícitas, conferindo ao investigado uma verdadeira cláusula de indenidade penal para a manutenção do cometimento dos crimes já indicados pela Polícia Federal, não demonstrando o investigado qualquer restrição em propagar os seus discursos criminosos.

A criação de novos perfis se revela como um dos artifícios utilizados pelo investigado para reproduzir o conteúdo que já foi objeto de bloqueio nestes autos, burlando novamente decisão judicial, o que pode caracterizar, inclusive, o crime de desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359 do Código Penal). A utilização de vários perfis, criados com a intenção de se esquivar dos bloqueios determinados, tem sido prática recorrente de ALLAN LOPES DOS SANTOS para a continuidade da prática delitiva, comportamento que deve ser restringido.

Nos autos da Pet 12.404/DF, da mesma forma, a autoridade policial ressaltou que, em 8/3/2024,

*“a partir de local incerto, os perfis REVISTAEXILIO e TERCALIVRE- CORTES- anunciaram que ALLAN LOPES DOS SANTOS iniciará um projeto de exposição dos policiais federais que atuam nos casos em curso no STF, os quais dizem respeito a infração penal que envolve Organização Criminosa. O perfil de ALLAN LOPES DOS SANTOS no Instagram, @allanldsantos, da mesma, forma afirmou que vai expor todos os delegados que atuam nos casos sob relataria do Ministro ALEXANDRE DE MORAES, havendo registros de outros perfis que aderiram à convocação, afirmando que irão auxiliá-lo em tal propósito”.*

A autoridade policial assim descreveu as condutas:

*“ No dia 8mar2024, a partir dos Estados Unidos da América, ALLAN LOPES DOS SANTOS iniciou um projeto de exposição dos policiais federais que atuam nos casos em curso*

no STF, os quais dizem respeito à infração penal que envolve Organização Criminosa. O perfil de ALLAN LOPES DOS SANTOS no Instagram, @allanldsantos, da mesma forma, afirmou que vai expor todos os delegados que atuam nos casos sob relatoria do Ministro ALEXANDRE DE MORAES, havendo registros de outros perfis que aderiram à convocação, afirmando que irão auxiliá-lo em tal propósito.

A partir do dia 28mar2024, aderindo à campanha iniciada por ALLAN LOPES DOS SANTOS, o perfil anônimo de e-mail criptonimos@proton.me passou a enviar correios eletrônicos à Delegada de Polícia Federal DENISSE DIAS ROSAS RIBEIRO, nos quais houve menção à campanha de exposição iniciada, sendo feitas intimidações à Delegada, que foi a responsável originalmente pela condução do Inquérito das Fake News e Milícias Digitais no âmbito da Polícia Federal.

No dia 7jun2024, também aderindo à campanha iniciada por ALLAN LOPES DOS SANTOS, o Senador da República MARCOS RIBEIRO DO VAL fez postagem afirmando que esteve nos Estados Unidos da América, de onde ALLAN LOPES DOS SANTOS iniciou a campanha, onde teve acesso a nomes e dados dos policiais federais que atuaram nos casos em curso no Supremo Tribunal Federal brasileiro, em face dos quais teria um amplo dossiê de cometimento de crimes, por cumprirem ordens do Supremo Tribunal Federal.

No dia 9jul2024, um dia após a publicação do Relatório Final do Inquérito Policial que apurou os fatos relacionados à venda das joias sauditas doadas a República Federativa do Brasil, o perfil @EdRaposo, possivelmente vinculado a EDNARDO DAVILA MELLO RAPOSO, publica postagem expondo "o delegado das joias... e também das milícias digitais, do cartão de vacinação, dos empresários bolsonaristas, dos atos antidemocráticos e da vaza jato", passando a expor o Delegado FÁBIO ALVAREZ SHOR, incitando publicamente que alguém conseguisse uma foto do Delegado, pois "Você acha uma foto da Michelle Obama Grávida, mas não acha uma do Fábio Shor".

A partir do dia 9jul2024, o perfil @mveustaquio,

possivelmente vinculado à adolescente MARIANA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO, filha do foragido OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO, aderindo à campanha iniciada por ALLAN LOPES DOS SANTOS, passa a fazer postagens expondo o Delegado FÁBIO ALVAREZ SHOR, bem como seus familiares, com a divulgação de fotos do servidor, de sua esposa e de seu filho menor de idade, submetendo-os ao escrutínio midiático.

No dia 13jul2024, em Brasília/DF, pessoa(s) não identificada(s) pendurou(aram) um macaco de pelúcia de cor azul no limpador do vidro traseiro do veículo pessoal do Delegado FÁBIO ALVAREZ SHOR, demonstrando conhecimento de seu local de residência e veículo pessoal, em tentativa de intimidar o servidor.

No dia 14jul2024, MARCOS RIBEIRO DO VAL publica a foto divulgada pela adolescente MARIANA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO, acrescentando os dizeres "PROCURA-SE", postando um texto no qual expõe o Delegado FÁBIO ALVAREZ SHOR ao escrutínio midiático, trazendo supostas manifestações de despreço por parte de outros policiais federais por ele atuar nos casos em curso no Supremo Tribunal Federal. A postagem teve 260,8 mil visualizações até o momento do registro probatório.

No dia 15jul2024, o sítio [revistabrasil.net](http://revistabrasil.net), aderindo à campanha iniciada por ALLAN LOPES DOS SANTOS, publica uma reportagem com a foto divulgada pela adolescente MARIANA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO, onde expõe a imagem do Delegado FÁBIO ALVAREZ SHOR, com o seguinte título "O Capataz de Alexandre de Moraes: Conheça o delegado Fábio Shor, que pune crianças e persegue Bolsonaro". No dia 15jul2024, o perfil @JoaoMer, possivelmente JOÃO RICARDO MERI ALVEZ, aderindo à campanha iniciada por ALLAN LOPES DOS SANTOS, responde à adolescente MARIANA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO expondo os dados do irmão mais novo do Delegado FÁBIO ALVAREZ SHOR.

A partir do dia 14jul2024, diversos outros perfis também

interagem, republicam e/ou encaminham as postagens feitas pelo Senador MARCOS RIBEIRO DO VAL e/ou pela adolescente MARIANA VOLF PEDRO EUSTÁQUIO, com o objetivo de intimidar/expor os policiais federais que atuam nos casos em trâmite no STF, promovendo embaraço a investigação relacionada à ORCRIM”.

As condutas praticadas por ALLAN LOPES DOS SANTOS são graves, reiteradas e também tem por objetivo, por meio de inúmeros perfis nas redes sociais, expor os nomes, dados pessoais e familiares dos policiais federais que atuam ou atuaram nos procedimentos investigatórios em curso nesta SUPREMA CORTE, com clara incitação à prática criminosa.

Conforme já relatado, neste autos, após a reativação do perfil de ALLAN LOPES DOS SANTOS, em 9/2/2025, determinei que a plataforma RUMBLE procedesse ao bloqueio do canal/perfil/conta abaixo discriminado, inclusive para não autorizar a criação de novo canal/perfil/conta pelo investigado em sua plataforma, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como determinei a suspensão imediata do repasse de valores oriundos de monetização, dos serviços usados para doações, do pagamento de publicidades e da inscrição de apoiadores, e advindos de monetização oriunda de lives, inclusive as realizadas por meio de fornecimento de chaves de transmissão aos canais/perfis acima referidos.

Em 10/2/2025, o Oficial de Justiça procedeu a intimação da empresa RUMBLE INC., às 14h, na pessoa do advogado Lucas Santos de Sousa, OAB/DF nº 48.608 (fls. 5.096-5.097v).

Na mesma data, em 10/2/2025, determinei a intimação do representante legal da RUMBLE INC. para comprovar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o cumprimento da legislação brasileira e da decisão judicial, assim como a regularidade e validade da representação legal da RUMBLE INC. no Brasil.

Em 12/2/2025, o Oficial de Justiça certificou que:

“(…) Restara enviado, como de praxe, o arquivo digital do presente mandado e decisão anexa, seguido de devolutiva, confirmando o recebimento e ciência, entretanto apresentando a seguinte ressalva, *ipsis litteris*: “Acusamos o recebimento do mando de intimação. Contudo, esclarecemos que este escritório e seus integrantes não são representantes legais da empresa RUMBLE Inc, não possuindo, portando poderes para receber citações ou intimações nessa qualidade. Além disso, esclarecemos que, conforme instrumento de procuração já juntado aos autos desse inquérito, possuímos poderes apenas de representação processual para os fins discriminados” (fl. 5.106v).

Em 17/2/2025, os advogados constituídos pela RUMBLE CANADA INC. informaram a renúncia ao mandato judicial outorgado pela empresa, tendo juntado a carta de renúncia, com o respectivo comprovante de envio (petição STF nº 17413/2025).

Em 19/2/2025, determinei a intimação da empresa RUMBLE INC. para indicar – documentalmente –, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o REPRESENTANTE LEGAL da empresa no Brasil, com amplos poderes, inclusive de nomeação de advogados, bem como para comprovar a regularidade e validade da representação legal da empresa RUMBLE INC., com comprovação documental da respectiva Juntar Comercial da regular constituição da empresa, sob pena de suspensão imediata das atividades da empresa no território brasileiro.

Em 20/2/2025, a Oficial de Justiça certificou nos autos a impossibilidade de intimação da RUMBLE INC., mesmo no e-mail indicado nos autos, nos seguintes termos:

“Certifico e dou fé que DEIXEI DE INTIMAR a empresa RUMBLE INC., uma vez que até a presente data não houve resposta e nem confirmação de leitura do e-mail enviado no dia 19/02/2025 às 19h35min e reenviado hoje às 14h20min no endereço eletrônico (stacey.beall@rumble.com), apesar de ter havido confirmação de entrega, conforme cópias em anexo”.

Entretanto, os comunicados divulgados pela RUMBLE INC. nos dias 19/2/2025 e 20/2/2025, informando que não cumprirá as ordens judiciais desta SUPREMA CORTE acarretam FLAGRANTE DESRESPEITO À LEGISLAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL e um obstáculo intransponível para a continuidade de seus serviços em território nacional; especialmente, porque a finalidade ilícita e fraudulenta foi confessada na própria mensagem realizada em redes sociais, qual seja: **PERMANECER DESCUMPRINDO ORDENS DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO, EM ESPECIAL DESSA SUPREMA CORTE.**

No intuito de disciplinar o uso da internet e redes sociais, o Congresso Nacional editou a Lei 12.965/2014, como o novo marco regulatório das atividades desenvolvidas no ambiente da rede mundial de computadores.

A nova legislação indicou os fundamentos e princípios que orientam a aplicação de todo o diploma legal, estabelecendo em seus arts. 2º e 3º e parágrafo único:

**Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:**

- I - o reconhecimento da escala mundial da rede;
- II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;
- III - a pluralidade e a diversidade;
- IV - a abertura e a colaboração;
- V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e**
- VI - a finalidade social da rede.**

**Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:**

- I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e**

**manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;**

II - proteção da privacidade;

**III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei;**

**IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;**

V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;

**VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;**

VII - preservação da natureza participativa da rede;

**VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.**

**Parágrafo único. Os princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.**

A lei consagrou, ao lado da liberdade de expressão, o respeito aos direitos humanos e a proteção da privacidade e do consumidor, prevendo, inclusive, a aplicação das normas consumeristas nas relações travadas na internet, como revela a dicção do seu art. 7º:

Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:  
XIII - aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor nas relações de consumo realizadas na internet.

**O Marco Civil da Internet prevê a responsabilização civil do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros e apontado como infringente, caso não sejam realizadas as medidas determinadas por ordem judicial dentro do prazo assinalado e nos limites técnicos do serviço, estipulando em seu art. 19**

**que:**

Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

§ 1º A ordem judicial de que trata o caput deverá conter, sob pena de nulidade, identificação clara e específica do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

§ 2º A aplicação do disposto neste artigo para infrações a direitos de autor ou a direitos conexos depende de previsão legal específica, que deverá respeitar a liberdade de expressão e demais garantias previstas no art. 5º da Constituição Federal.

§ 3º As causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra, à reputação ou a direitos de personalidade, bem como sobre a indisponibilização desses conteúdos por provedores de aplicações de internet, poderão ser apresentadas perante os juizados especiais.

§ 4º O juiz, inclusive no procedimento previsto no § 3º, poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, existindo prova inequívoca do fato e considerado o interesse da coletividade na disponibilização do conteúdo na internet, desde que presentes os requisitos de verossimilhança da alegação do autor e de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

A Lei 12.965/2014 estabelece, ainda, em seu art. 11, ser possível a requisição de informações sobre serviços telemáticos diretamente às empresas brasileiras subsidiárias de empresas estrangeiras, quando constituídas sob as leis brasileiras e sediadas no Brasil, pois, nos termos da legislação brasileira, todas as empresas que atuem no território

nacional devem estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro.

O artigo 997, inciso VI do Código Civil, estabelece que a constituição de qualquer sociedade, obrigatoriamente, deve indicar as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições, pois os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções (CC, art. 1016), pois a sociedade adquire direitos, assume obrigações e procede judicialmente, por meio de administradores (CC, art. 1022).

Observe-se que, mesmo a sociedades estrangeira – que é aquela *“constituída fora do Brasil ou que, mesmo constituída no Brasil, mantém sua sede fora do território nacional”* (Código Civil Comentado: Doutrina e jurisprudência: Lei n. 10.406 de 10.01.2002/ CLAUDIO LUIZ BUENO DE GODOY [et al.]; coordenação CEZAR PELUSO. – 17. ed. e atual. – Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2023, p. 1047) – para poder atuar legalmente no Brasil, necessita de de autorização prévia do governo federal, nos termos do art. 11, § 2º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (*“não poderão, entretanto, ter no Brasil: filiais, agências ou estabelecimentos, antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo Brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira”*), com EXPRESSA COMPROVAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE NO BRASIL, com poderes expressos para aceitar as condições exigidas para a autorização (CC, art. 1.134, §1º, V).

Essa obrigação de indicação de representante legal em território nacional, como ensinam ERASMO VALLADÃO A. E N. FRANÇA e MARCELO VIEIRA VON ADAMEK, tem por finalidade:

*“evitar que a sociedade estrangeira possa exercer as suas atividades no território brasileiro, fora do alcance da fiscalização e do controle do poder público, em condições privilegiadas e de favorecimento em comparação aos demais agentes do mercado nacional”* (Da livre participação, como regra, de sociedade estrangeira em sociedade brasileira de qualquer tipo, p. 5).

No mesmo sentido, nos termos do art. 1.138 do CC, para poder atuar em território nacional, é obrigatória a indicação de “representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade”. Além disso, prevê, no art. 1.137 do CC que, “a sociedade estrangeira autorizada a funcionar ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil”, pois, nas lições de ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO:

#### 591. Representante permanente no Brasil

A sociedade estrangeira, uma vez autorizada a funcionar no Brasil precisa designar um gestor para que administre seu braço brasileiro. Disso podem incumbir-se seus próprios administradores estrangeiros, contando que aqui venham residir, ou um novo administrador designado especificamente para a função.

Com esse propósito, prevê o Código Civil, como já previa a lei anterior (Dec.-lei 2.627/1940, art. 67), que a sociedade nomeie, em caráter permanente, um representante para responder por tudo que diga respeito à sua presença no território nacional. Ele há de ser uma pessoa natural, brasileira ou estrangeira; se for estrangeira, deve obter permissão de permanência para trabalhar no Brasil. Não se trata de um simples representante para a prática de certos atos; ele deve assumir o papel de verdadeiro administrador, com todos os poderes inerentes à função que é própria de um gestor geral dos negócios da sociedade em solo brasileiro. Ele há de ter, assim, os poderes *ad negotia* e os que se fizerem necessários para resolver todas as questões que envolverem a sociedade e a sua atividade no território nacional.

(...)

Dentre os poderes dessa representação, sobressai o mais importante de todos, que é o de receber citação para demandas que contra a sociedade venham a ser propostas. Possuindo a sociedade estrangeira alguém que, no Brasil, receba citação para ações relativas a assuntos de seu interesse, os que contra ela demandarem não precisarão pedir a expedição de cartas

rogatórias para citá-la no exterior, com as dificuldades inerentes à sua tramitação que, muitas vezes, inviabilizam as demandas”. (Direito de Empresa: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 563).

Por fim, a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997 que “*Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995*”, igualmente, exige que o direito de uso de radiofrequências somente será outorgado a empresa constituída segundo as leis brasileiras, com sede e administração no País (art. 86). Para execução de serviço de telecomunicações que utilize satélite, geoestacionário ou não, independentemente de o acesso a ele ocorrer a partir do território nacional ou do exterior, a norma é igualmente expressa ao exigir “*empresa constituída segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, na condição de representante legal do operador estrangeiro*” (art. 171, § 1º).

Desse modo, quando a empresa for estabelecida no Brasil, embora integrante de grupo econômico de pessoa jurídica de internet sediada no exterior, estará sujeita à legislação brasileira no tocante a qualquer operação de coleta, armazenamento, guarda e tratamento de registros, de dados pessoais ou de comunicações por provedores de conexão e de aplicações de internet em que pelo menos um desses atos ocorra em território nacional.

Como bem destacado por DAMÁSIO E. DE JESUS e JOSÉ ANTÔNIO MILAGRE:

Vale a lei brasileira para provedores estrangeiros que prestem serviços no Brasil, desde que qualquer fase do tratamento dos dados ocorra em território nacional. A coleta dos dados comumente ocorrerá em território nacional, sendo possível a aplicação do presente artigo às relações envolvendo usuários brasileiros e redes sociais e comunicadores populares no Brasil. Sempre que ocorrer a comunicação entre um terminal

(computador) localizado no Brasil e outro, fora, valerá a legislação brasileira no que tange à privacidade, nos moldes do §1º do art. 11 do Marco Civil (JESUS, Damásio E. de; MILAGRE, José Antônio. Marco Civil da Internet: comentários à Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 . São Paulo: Saraiva, 2014).

Embora o Brasil apenas recentemente tenha aderido à Convenção de Budapeste (Decreto Legislativo 37/2021, com Carta de Adesão depositada junto ao Conselho da Europa em novembro de 2022), a lei brasileira será aplicada desde que haja oferta de serviço no Brasil.

Obviamente, como qualquer entidade privada que exerça sua atividade econômica no território nacional, os provedores de internet devem respeitar e cumprir, de forma efetiva, comandos diretos emitidos pelo Poder Judiciário relativos a fatos ocorridos ou com seus efeitos perenes dentro do território nacional; cabendo-lhe, se entender necessário, demonstrar seu inconformismo mediante os recursos permitidos pela legislação brasileira.

O ordenamento jurídico brasileiro prevê, portanto, a necessidade de que as empresas que administram serviços de internet no Brasil tenham sede no território nacional, bem como, atendam às decisões judiciais que determinam a retirada de conteúdo ilícito gerado por terceiros, nos termos do dispositivos anteriormente indicados, sob pena de responsabilização pessoal.

Ressalte-se que até o presente momento, conforme anteriormente descrito, a conduta ilícita e desrespeitosa ao Poder Judiciário brasileiro permanece, pois as ordens de bloqueio dos perfis dos investigados nestes autos não foram atendidas pela empresa RUMBLE INC.

A ilicitude é ainda mais grave, pois mesmo quando efetivamente intimada para cumprimento das ordens de bloqueio de perfis, cujas postagens reproduzem conteúdo criminoso investigado nos autos, a referida plataforma incorreu em desobediência judicial, e resolveu, criminosamente, divulgar mensagem incitando o ódio contra esta SUPREMA CORTE, como se verifica na postagem de CHRIS PAVLOVSKI, do dia 19/2/2025:

“Oi @alexandre  
A Rumble não cumprirá suas ordens ilegais. Em vez disso,  
nos veremos no tribunal.  
Atenciosamente,  
Chirs Pavlovski”.

Da mesma forma, após a determinação de intimação da empresa RUMBLE INC. para indicar documentalmente o REPRESENTANTE LEGAL da empresa no Brasil, com amplos poderes, inclusive de nomeação de advogados, bem como para comprovar a regularidade e validade da representação legal da empresa RUMBLE INC., com comprovação documental da respectiva Juntar Comercial da regular constituição da empresa, sob pena de suspensão imediata das atividades da empresa no território brasileiro, CHRIS PAVLOVSKI, CEO da empresa, novamente informou que não cumpriria as ordens desta SUPREMA CORTE, em postagem datada de 20/2/2025:

“Oi @alexandre  
Recebemos mais uma ordem ilegal e sigilosa na noite passada, exigindo nosso cumprimento até amanhã à noite.  
Você não tem autoridade sobre o Rumble aqui nos EUA, a menos que passe pelo governo dos Estados Unidos.  
Repito – nos vemos no tribunal.  
Chris Pavlovski”

**CHRIS PAVLOVSKI confunde LIBERDADE DE EXPRESSÃO com uma inexistente LIBERDADE DE AGRESSÃO, confunde deliberadamente CENSURA com PROIBIÇÃO CONSTITUCIONAL AO DISCURSO DE ÓDIO E DE INCITAÇÃO A ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS, ignorando os ensinamentos de uma dos maiores liberais em defesa da liberdade de expressão da história, JOHN STUART MILL.**

O filósofo inglês JOHN STUART MILL, em sua obra A liberdade, de 1859, e precursor da teoria do livre mercado de ideias, desenvolvida

posteriormente pelos Justices HOLMES e BRANDEIS na Suprema Corte norte-americana, advertiu contra a limitação à circulação de ideias em qualquer sociedade, ressaltando, entretanto, a partir de uma visão utilitarista, a possibilidade excepcional de restrição a esse direito, nas hipóteses que acarretassem um dano injusto, afirmando que:

“A única liberdade que merece esse nome é a de buscar nosso próprio bem da nossa própria maneira, contanto que não tentemos privar os outros do seu próprio bem, ou impedir seus esforços para obtê-lo. Cada um é o guardião adequado de sua própria saúde: seja física ou mental e espiritual. A humanidade ganha mais tolerando que cada um viva como lhe pareça bom do que os forçando a viver como parece bom aos demais [...] segue a liberdade, dentro dos mesmos limites, de combinação entre indivíduos; liberdade para se unir por algum propósito não envolvendo dano aos outros: as pessoas assim combinadas, supõem-se, atingiram a maioria e não foram forçadas ou enganadas”.

Para então concluir que:

tão logo que qualquer parte da conduta de alguém influência de modo prejudicial os interesses de outros, a sociedade adquire jurisdição sobre tal conduta, e a questão de saber se essa interferência favorecerá ou não o bem estar se abre a discussão (MILL, John Stuart. *A Liberdade/utilitarismo*. Traduzido por Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, p. 116).

Trata-se do “princípio do dano” ou “princípio da liberdade” como também chamado por JOHN GRAY (*Mill on liberty: a defense*. 2. ed. London. Routledge, 1996, p. 14) , que, conforme descrito e definido por Stuart Mill,

“O único propósito de se exercer legitimamente o poder

sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é evitar danos aos demais”.

Grandes autores dentre eles CELSO LAFER (Ensaio Liberais. São Paulo: Siciliano, 1991), ISAIAS BERLIN (Introdução. In: Quatro ensaios sobre a liberdade. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 1-41), IAN SHAPIRO (Os fundamentos morais da política. Traduzido por Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2006), GEORGE HOLLAND SABINE (História das ideias políticas. Vol. 2. Traduzido por Ruy Jugmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964) analisaram a aplicação do princípio do dano ou do princípio da liberdade, sendo inegável que a sua existência representa significativa e excepcional possibilidade de relativização à liberdade de expressão e responsabilização por discursos de ódio, atos nazistas, misóginos, racistas, incitação à violência, à atos antidemocráticos, golpes de Estado, mesmo entre os adeptos do mais clássico liberalismo.

Essa possibilidade de responsabilização pelo desvio de finalidade na utilização da liberdade de expressão, que não poderá ser utilizada como escudo protetivo para prática de atividades ilícitas, foi salientada pelo Justice OLIVER WENDELL HOLMES, em *Schenck v. United States* (249 U.S. 47, 1919), ao aplicar a doutrina do perigo claro e imediato (*clear and present danger*), distinguindo discursos tolerados sob a liberdade de expressão das condutas cuja ilicitude justificaria sua repressão:

“A questão em cada caso é se as palavras utilizadas são empregadas em circunstâncias que possam criar um perigo iminente e evidente de que elas provocarão os males substanciais que o Congresso dos Estados Unidos tem o direito de prevenir. É uma questão de proximidade e grau”.

Dessa maneira, **O ABUSO NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA A PRÁTICA DE CONDUTAS ILÍCITAS, como pretende o CEO da RUMBLE INC., CHRIS PAVLOVSKI, sempre permitirá responsabilização cível e criminal pelo conteúdo difundido,**

**sendo integralmente aplicável o princípio do dano ou princípio da liberdade, para evitar o abuso das redes sociais e sua instrumentalização**, como bem destacado por NADIA URBINATI, ao relacionar o mercado livre de ideias com a utilização das novas tecnológicas nas redes sociais, no sentido de se evitar que o novo populismo extremista corra os valores democráticos:

“os meios tecnológicos de comunicação requerem dinheiro, e o dinheiro leva a interesses privados e a disparidades econômicas e políticas. A igualdade acaba sendo violada de forma substancial, sendo um grande desafio para a liberdade política, e acaba possibilitando que alguns grupos tenham voz mais forte que outros devido a poderem empregar sua riqueza material que possuem para concretizar suas agendas (Yo el Pueblo como el populismo transforma la Democracia. Libros grano: Ciudad del México, 2020. p. 228.)”.

**Observe-se que, não se trata de novidade a instrumentalização das redes sociais, inclusive da RUMBLE INC., para divulgação de diversos discursos de ódio, atentados à Democracia e incitação ao desrespeito ao Poder Judiciário nacional.**

**O ápice dessa instrumentalização contribuiu para a tentativa de golpe de Estado e atentado contra as Instituições democráticas ocorrido em 8/1/2023 – FESTA DA SELMA – , como se vê no trechos destacados constantes em votos por mim proferidos nas mais de 237 (duzentas e trinta e sete) condenações em ações penais já julgadas pelo PLENÁRIO e pela PRIMEIRA TURMA desta SUPREMA CORTE:**

“O Ministério Público narra que, além da abolição violenta do Estado Democrático de Direito, os manifestantes pretendiam a deposição, por meio da violência ou grave ameaça, do governo legitimamente constituído.

Isso porque do fluxo de mensagens e materiais difundidos das redes sociais fica claro que a intenção não era apenas

impedir o exercício dos Poderes constituídos, mas a tomada de poder, em uma investida que não teria dia para acabar:

(...)

Os extremistas buscavam gerar o caos para obrigar as Forças Armadas, ante a interpretação deturpada do art. 142 da Constituição e do Decreto 3.897/2001, na edição de decreto para a garantia da lei e da ordem, com a assunção das funções dos Poderes constituídos.

Portanto, o insuflamento visava tanto à abolição violenta do Estado Democrático de Direito, quanto à deposição de governo legitimamente eleito, ou golpe de Estado, fato que denota desígnio criminoso autônomo na mesma empreitada criminosa” (AP 1060, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 14-09-2023).

“Com efeito, a sugestão deflagradora do comportamento multitudinário verificado se iniciou antes mesmo do dia 8 de janeiro, conforme acima já exposto, sob a forma de instigação, replicada instantaneamente, em progressão geométrica, por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, visando a insurgência popular. O fluxo de mensagens e materiais difundidos para arregimentar o grupo criminoso fazia expressa referência aos propósitos de tomada de poder, em uma investida que não teria dia para acabar” (AP 1505, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 03-10-2023).

“Mais estarrecedora é a quantidade de vídeos e imagens postadas em redes sociais por inúmeros criminosos que se vangloriavam deste enfrentamento e reiteravam a necessidade de golpe de Estado com a intervenção militar e a derrubada do governo democraticamente eleito, tendo isto chegado diuturnamente ao conhecimento desta Corte em inúmeras representações da Polícia Federal” (AP 1183, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 14-09-2023).

**Importante destacar, também, que a reiteração da instrumentalização criminosa de diversas redes sociais, em especial também vem sendo investigada em outros países.**

Conforme notícia publicada na plataforma UOL, a referida empresa é investigada pela **União Europeia** por falhar em impedir que discursos de ódio e desinformação sejam veiculados(<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/11/6655035-plataforma-x-ignora-multa-na-australia-sobre-combate-a-pedofilia.html>).

A espúria tentativa de diversas redes sociais de tentar evadir-se do cumprimento das legislações nacionais e de suas responsabilidades e a necessidade de uma regulamentação protetiva dos Direitos Fundamentais e da Democracia alvos costumeiros da crescente instrumentalização das redes sociais por grupos populistas digitais extremistas fez com que o Parlamento Europeu, órgão legislativo da União Europeia (EU), aprovasse dois diplomas normativos, a Lei dos Serviços Digitais e a Lei dos Mercados Digitais (Digital Service Act DSA e Digital Markets Act DMA, respectivamente), no intuito de garantir um ambiente digital mais seguro, justo e transparente, segundo seus idealizadores.

O assunto foi introduzido pelo Parlamento Europeu com referência ao que denomina O poder das plataformas digitais, com o seguinte registro:

“Nas últimas duas décadas, as plataformas digitais tornaram-se numa parte integrante das nossas vidas e é-nos difícil imaginar fazer qualquer coisa online sem a Amazon, a Google ou o Facebook. Embora os benefícios dessa transformação sejam evidentes, a posição dominante conquistada por algumas dessas plataformas confere-lhes enorme vantagem sobre os concorrentes, mas também influência indevida sobre a Democracia, os direitos fundamentais, as sociedades e a economia”.

Esses diplomas legais estabelecem diversas regras de transparência para as plataformas, várias proibições em relação a conteúdo e sanções pelo descumprimento, inclusive em relação à postagens com quaisquer efeitos negativos reais ou previsíveis no discurso cívico e nos processos eleitorais, bem como na segurança pública, conforme se verifica nos artigos 34, §1º e 35 do DSA.

**Em seu artigo 35, 1, c, o DSA prevê a rápida supressão dos conteúdos notificados ou a rápida desativação do acesso aos mesmos, em especial, no que respeita aos discursos ilegais de incitação ao ódio ou a ciberviolência; enquanto em seu artigo 36 estipula os mecanismos de aplicação de medidas e cumprimento por parte das plataformas.**

Na **Austrália**, conforme noticiado, também há investigação em andamento por a referida plataforma não contribuir com as autoridades competentes para investigação sobre praticas de abuso infantil (<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/11/6655035-plataforma-x-ignora-multa-na-australia-sobre-combate-a-pedofilia.html>).

Tais circunstâncias comprovam o desprezo à Justiça e a falta total de cooperação da plataforma RUMBLE INC. com os órgãos judiciais e corroboram sua reiterada conduta em desrespeitar a soberania de diversos países, não sendo circunstância que se verifica exclusivamente no Brasil e vem permitindo que essa plataforma venha sendo reiteradamente instrumentalizada para a prática de inúmeras infrações penais e ataques à Democracia.

A realização de um efetivo controle legal e, conseqüentemente, jurisdicional, à desinformação é uma realidade mundial, especialmente em relação a conteúdos que configuram discursos nazistas, racistas, misóginos, prática de terrorismo, discurso de ódio e supressão da ordem democrática e do Estado de Direito, para garantir a defesa da eficácia dos Direitos Fundamentais, de caráter igualitário e universal.

**A tentativa da RUMBLE INC., de colocar-se fora da jurisdição brasileira – EM GRAVÍSSIMO DESRESPEITO À LEGISLAÇÃO E SOBERANIA NACIONAL – potencializará a massiva divulgação de mensagens ilícitas, acarretando forte carga de desinformação,**

**possibilitando GRAVÍSSIMOS ATENTADOS À DEMOCRACIA.**

A efetiva concretização da Democracia depende, dentre outros fatores, efetivamente, da legitimidade, honestidade, eficiência e transparência dos instrumentos colocados a serviço dos eleitores para o exercício de seus direitos políticos com a realização do escrutínio, apuração dos votos e divulgação dos resultados eleitorais, garantindo a mais basilar das características do sufrágio universal, a liberdade dos eleitores e eleitoras na escolha de seus candidatos.

Essa livre escolha pressupõe garantia de que a manifestação de cada eleitor se refletirá no resultado do pleito eleitoral, mas também de que as condições pelas quais cada cidadão formará suas convicções para escolha sejam híidas, equânimes e isentas de artificialismos e interferências espúrias, seja por meio de abuso de poder econômico ou político, seja por meio de utilização ilícita dos diversos meios de comunicação, inclusive as plataformas digitais, para a produção de maciça desinformação, com a divulgação de notícias fraudulentas e discursos de ódio e antidemocráticos (GILMAR MENDES. Liberdade de expressão, redes sociais e Democracia. In: Justiça & Cidadania, n. 272, v. 23, p. 14-20, abr. 2023; LUÍS ROBERTO BARROSO. Liberdade de expressão, imprensa e mídias sociais: jurisprudência, direito comparado e novos desafios; JORGE CASTELLANOS CLARAMUNT. (org.). Inteligencia artificial y Democracia: garantías, límites constitucionales y perspectiva ética ante la transfromación digital. Atelier Libros Juridicos: Barcelona, 2023; GERD LEONHARD. Tecnologia versus humanidade. Traduzido por Florbela Marques. eBook Kindle. Techversushuman.com, 2018).

Lamentavelmente, a propagação das fake News é muito mais célere do que das notícias verdadeiras, como bem salientado por PATRÍCIA CAMPOS MELLO, ao apontar que:

“fake news circulam com muito mais velocidade que as notícias verdadeiras. Segundo um estudo do Massachusetts Institute of Technology, notícias falsas têm probabilidade 70% maior de serem retuitadas do que as verdadeiras. E as notícias verdadeiras levam seis vezes mais tempo que as fake News

para atingir o número-padrão de 1500 pessoas. Ou seja, desmentir notícias falsas é enxugar gelo” (MELLO, Patrícia Campos. *A máquina do ódio*. Companhia das Letras, São Paulo: 2020, p. 239.).

**A tentativa da RUMBLE INC. em colocar-se à margem da lei brasileira demonstra seu claro intuito de manter e permitir a instrumentalização das redes sociais, com a massiva divulgação de desinformação e com a possibilidade da nociva e ilícita utilização da tecnologia e inteligência artificial, colocando em risco a Democracia, como já fora tentado no Brasil anteriormente e em vários países do Mundo pelo novo populismo digital extremista.**

Os perigos da ausência de controle jurisdicional no combate à desinformação e no uso da inteligência artificial pelos populistas digitais extremistas pela RUMBLE INC. são gravíssimos, pois como ensinado pelo filósofo NICK BOSTROM:

“a superinteligência é uma ameaça que vale a pena levar a sério” (Superinteligencia: caminhos, perigos, estratégias. Madrid: Tell, 2016).

**A conduta ilícita da RUMBLE INC., por meio das declarações de seu CEO CHRIS PAVLOVSKI, pretende, claramente, continuar a incentivar as postagens de discursos extremistas, de ódio e antidemocráticos, e tentar subtraí-los do controle jurisdicional.**

Ao analisar os discursos e campanhas de ódio na era digital, SÉRGIO ARCE GARCIA fez uma interessante análise sobre a *Cambridge Analytica* e a utilização da tecnologia e inteligência artificial em campanhas políticas, narrando o êxito nas eleições do Brexit (2016) e nas eleições dos EUA (2016), bem como o escândalo pela divulgação dos métodos utilizados (2018).

SÉRGIO ARCE GARCIA aponta o estudo da Universidade de Oxford que detectou, em 2020, atividades de cyber-tropas em mais de 81 países, para apontar a utilização de estudos algorítmicos de emoções

associados a comunicação, visto que, a indústria de desinformação busca principalmente provocar emoções nos usuários, em especial o ódio.

Como destaca o autor,

“as campanhas que se realizam, conhecendo a personalidade das pessoas através de seus perfis nas redes sociais, permitem elaborar campanhas individualizadas. Produzem mensagens que provoquem as principais emoções em função do que se queira provocar na pessoa, principalmente, confiança e ódio, determinando sua intensidade mediante algoritmo” (Discursos y campanas de ódio em La era digital: su construcción e impacto social. In: VIRGINIA MARTÍN JIMÉNEZ. (coord). El discurso de ódio como arma política Del pasado al presente. Comares comunicación. Granada: 2023. p. 102-103).

**A nova realidade na instrumentalização das redes sociais pelos populistas digitais extremistas com maciça divulgação de discursos de ódio e mensagens antidemocráticas e utilização da desinformação para corroer os pilares da Democracia e do Estado de Direito exige uma análise consentânea com os princípios e objetivos da República, definidos nos artigos 1º, 2º e 3º da Constituição Federal, que, obrigatoriamente, deverão ser respeitados por todas as empresas nacionais ou estrangeiras que atuem em território nacional.**

O desrespeito à legislação brasileira e o reiterado descumprimento de inúmeras decisões judiciais – sob o comando e determinação de CHRIS PAVLOVSKI – pela RUMBLE INC., empresa que opera no território brasileiro e não indicou representação legal no Brasil, são circunstâncias completamente incompatíveis com a ordem constitucional vigente, além de contrariar expressamente a Lei 12.965/14.

A Procuradoria-Geral da República, em parecer encaminhado à Pet 12.404/DF – EM TEMÁTICA IDÊNTICA – se manifestou pela possibilidade de suspensão de rede social, uma vez verificado o deliberado descumprimento de decisões judiciais, nos seguintes termos:

“Não há dúvida de que o requerido recebeu as notificações a ele endereçadas. Na noite mesma de 29 de agosto último, emitiu nota informando, em síntese, que não haveria de cumprir a ordem judicial expedida no dia anterior. Além disso, a publicação no X de postagens impudentes reproduzidas nos autos é evidência lastimável disso.

Houve, enfim, determinação judicial expedida pela mais alta Corte do país, em que se cominou sanção para o caso de desobediência. Não houve cumprimento; mais do que isso, anunciou-se a transgressão.

Ordem judicial pode ser passível de recurso, mas não de desataviado desprezo. O acatamento de comandos do Judiciário é um requisito essencial de civilidade e condição de possibilidade de um Estado de Direito. O comportamento de ruptura com regras elementares de atuação em sociedade que está estampados nos autos se torna ainda mais bizarro quando se leva em conta a notícia publicada on line hoje, no UOL/Folha de São Paulo, de que o empresário tem cumprido, sem reclamar, centenas de ordens de remoção de conteúdo vindas dos governos da Índia e da Turquia.

Estão preenchidos os pressupostos para a aplicação plena das medidas anunciadas como consequência da insubmissão às ordens provindas do Supremo Tribunal Federal. Não há o que impeça a sua aplicação.

Nos autos da referida Pet 12.404/DF, a PRIMEIRA TURMA desta SUPREMA CORTE referendou a decisão de suspensão da plataforma X BRASIL INTERNET LTDA., nos termos da seguinte ementa:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E CIVIL. NOVA REALIDADE NA INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS PELOS POPULISTAS DIGITAIS EXTREMISTAS COM MACIÇA DIVULGAÇÃO DE DISCURSOS DE ÓDIO E MENSAGENS ANTIDEMOCRÁTICAS. UTILIZAÇÃO DE

DESINFORMAÇÃO PARA CORROER OS PILARES DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO. NECESSIDADE DE ABSOLUTO RESPEITO AOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA REPÚBLICA (CF. ARTS. 1º, 2º E 3º) POR TODAS AS EMPRESAS NACIONAIS OU ESTRANGEIRAS. OBRIGATORIEDADE LEGAL DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL DE EMPRESA QUE ATUE EM TERRITÓRIO NACIONAL. OBRIGATORIEDADE CONSTITUCIONAL DE RESPEITO ÀS DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO. OSTENSIVA REITERAÇÃO DE DESOBEDIENCIA À ORDEM JUDICIAL CARACTERIZADA. DECISÃO REFERENDADA.

1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não permite que se confunda “liberdade de expressão” com “liberdade de agressão” ou “inexistente censura” com “necessária proibição constitucional ao discurso de ódio e de incitação a atos antidemocráticos”.

2. Toda e qualquer entidade privada que exerça sua atividade econômica em território nacional deve respeitar o ordenamento jurídico nacional e cumprir, de forma efetiva, comandos diretos emitidos pelo Poder Judiciário brasileiro.

3. O Código Civil brasileiro estabelece que a constituição de qualquer sociedade, obrigatoriamente, deve indicar as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições.

4. A sociedade estrangeira, para poder atuar legalmente no Brasil, necessita de autorização prévia do governo federal (LINDB, art. 11, § 2º), com expressa indicação de “representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade” (CC, art. 1.138) e, uma vez autorizada a funcionar, “ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil” (CC, art. 1.137).

5. O Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014) prevê a responsabilização civil do provedor de aplicações de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros, caso

não sejam realizadas as medidas determinadas por ordem judicial dentro do prazo assinalado e nos limites técnicos do serviço.

6. Esgotamento de todos os mecanismos legais para que a empresa X BRASIL cumprisse as ordens judiciais, no intuito de impedir medida mais gravosa.

7. Manutenção ostensiva e agressiva do desrespeito às ordens judiciais do Poder Judiciário brasileiro, com o encerramento das atividades da X BRASIL em território nacional, com a não nomeação de representantes legais, não adimplemento das multas aplicadas e, inclusive, por meio de inúmeras postagens ofensivas reiterando o desprezo pelo JUSTIÇA BRASILEIRA.

8. Presença dos requisitos legais necessários, *fumus boni iuris* – consistente nos reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais e inadimplemento das multas diárias aplicadas, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros, para instituir um ambiente de total impunidade e “terra sem lei” nas redes sociais brasileiras, inclusive durante as eleições municipais de 2024 –, bem como o *periculum in mora* – consistente na manutenção e ampliação da instrumentalização da X BRASIL, por meio da atuação de grupos extremistas e milícias digitais nas redes sociais, com massiva divulgação de discursos nazistas, racistas, fascistas, de ódio, antidemocráticos, inclusive no período que antecede as eleições municipais de 2024.

9. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA no sentido da (a) SUSPENSÃO IMEDIATA, COMPLETA E INTEGRAL DO FUNCIONAMENTO DO X BRASIL INTERNET LTDA em território nacional, até que todas as ordens judiciais proferidas nos presentes autos sejam cumpridas, as multas devidamente pagas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional. No caso de pessoa jurídica, deve ser indicado também o seu responsável administrativo; (B) APLICAÇÃO DE MULTA

DIÁRIA de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) às pessoas naturais e jurídicas que incorrerem em condutas para fraudar a decisão judicial, com a utilização de subterfúgios tecnológicos (como por exemplo o VPN, entre outros) para a continuidade de utilização e comunicações pelo “X”, enquanto durar a suspensão, sem prejuízo das demais sanções civis e criminais, na forma da lei.

(Pet 12404 Ref, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 4/9/2024).

Ressalte-se, mais uma vez, que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL fez todos os esforços possíveis e concedeu todas as oportunidades para que a RUMBLE INC. cumprissem as ordens judiciais e pudesse manter seus serviços em território nacional.

**DIANTE DE TODO O EXPOSTO, presentes os requisitos legais necessários, *fumus boni iuris* – consistente nos reiterados, conscientes e voluntários descumprimentos das ordens judiciais, além da tentativa de não se submeter ao ordenamento jurídico e Poder Judiciário brasileiros, para instituir um ambiente de total impunidade e “terra sem lei” nas redes sociais brasileiras, bem como o *periculum in mora* – consistente na manutenção e ampliação da instrumentalização da RUMBLE INC., por meio da atuação de grupos extremistas e milícias digitais nas redes sociais, com massiva divulgação de discursos nazistas, racistas, fascistas, de ódio, antidemocráticos, DETERMINO A SUSPENSÃO IMEDIATA, COMPLETA E INTEGRAL DO FUNCIONAMENTO DO “RUMBLE INC.” em TERRITÓRIO NACIONAL, até que todas as ordens judiciais proferidas nos presentes autos – inclusive com o pagamento das multas – sejam cumpridas e seja indicado, em juízo, a pessoa física ou jurídica representante em território nacional. No caso de pessoa jurídica, deve ser indicado também o seu responsável administrativo.**

**PET 9935 / DF**

O Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), CARLOS MANUEL BAIGORRI deve ser intimado, inclusive por meios eletrônicos, para que adote IMEDIATAMENTE todas as providências necessárias para a efetivação da medida, comunicando-se essa CORTE, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas.

Intime-se RUMBLE INC., com cópia desta decisão, inclusive por meios eletrônicos, no endereço de e-mail: stacey.beall@rumble.com, conforme indicado no comunicado da carta de renúncia, tendo sido devidamente respondido por Stacey Beall na petição STF nº 17.413/2025.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Cumpra-se, imediatamente.

Brasília, 21 de fevereiro de 2025.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*